

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

CIDADES E MODALIDADES DE CONTROLE DO ESPAÇO E DO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA

Maria Lucia Pires Menezes (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Cidades e modalidades de controle do espaço e do território na Amazônia ocidental brasileira.

Resumo:

Este trabalho é fruto do esforço da reflexão sobre três eixos importantes para o pensamento e a análise da realidade urbana na fronteira internacional da Amazônia Ocidental. Primeiro, a urbanização e o controle do território na chamada borda fronteira, cuja reflexão aporta dados da história urbana de três cidades: Tabatinga, Tefé (localizadas no alto e médio rio Solimões) e São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro. Esta borda conforma uma dupla fronteira tríplice do limite internacional do Brasil com Venezuela e Colômbia e do Brasil com Colômbia e Peru. Segundo, apresentar algumas contribuições de pesquisas antropológicas e geográficas sobre o conceito genérico de *borderlands*. Esta é uma tentativa inicial de esclarecer mais adiante, a polissemia, a sinonímia e as diferenciações contextuais relacionadas aos termos fronteira (*frontier, front*), limites, *boundary, bound, border, borderlands, borderlandscape* e *bordertown*; e suas traduções, mais especificamente, ao idioma português. Terceiro, aportar dados para demonstração das peculiaridades da urbanização na zona fronteira: as cidades e sua inserção na história da formação territorial do Estado brasileiro e sua importância para a manutenção da soberania territorial e no processo da nacionalização da população.

Núcleos de Povoamento e as Bordas Fronteiriças:

O noroeste do Brasil, grosso modo, compreende uma vasta extensão de terras drenadas pelo conjunto de rios que formam as bacias do Solimões-Amazonas e pelo Rio Negro. Um fato marcante e primordial neste estudo é que o norte e o ocidente desta área são definidos pela linha de fronteira internacional do Brasil com Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. A representação das superfícies drenadas por estas bacias hidrográficas compreende uma extensão muito maior do que o recorte espacial aqui considerado. Embora compreendendo que a extensão e a localização das bacias hidrográficas sejam importantes na análise dos fatos geográficos da região, na verdade, este estudo tem como objetivo compreender como a instauração dos limites internacionais seccionando o conjunto das bacias hidrográficas forjou, também a geoestratégia de incrementar núcleos de povoamento. Tal processo se inicia pela permissão do Estado brasileiro para instalação de Prefeituras Apostólicas, criadas pelo Vaticano e entregue a ordens missionárias sediadas nos núcleos dos municípios de Tefé, São Paulo de Olivença e Tabatinga no estado do Amazonas. Consideramos este recorte escalar como processo geopolítico de afirmação de soberania nacional sobre vasta extensão de terras no noroeste da Amazônia ainda não delimitada nem demarcada por limites internacionais. Portanto, terras indivisas e bordas fronteiriças. Pretende-se apresentar o início do processo de urbanização de três cidades do noroeste do estado do Amazonas (cidades ribeirinhas) e a importância de sua localização na borda de fronteira.

A recente história territorial destes núcleos não pode ser devidamente estudada sem que se leve em consideração o limite internacional de fronteira e a rede hidrográfica, onde se destaca a importância da localização ribeirinha das cidades no eixo principal das vias de comunicação da Amazônia sul-americana. Sobre o domínio e controle da navegação na região desenvolveu-se uma parte importante da história destas cidades e da configuração dos limites internacionais (1). Portanto, são núcleos que estão intimamente vinculados às disputas territoriais, à história da definição do limite internacional e a influência da borda fronteira. Em diferentes momentos históricos o reflexo da situação e posição fronteira trouxe uma série de mudanças de valor político, administrativo e geográfico aos núcleos de povoamento e demais recortes territorial-administrativos na região: definindo e re-definindo, localizando e

re-localizando as centralidades localizadas no Alto Rio Negro e no Alto e Médio Solimões. O caso mais recente e emblemático foi à paulatina mudança do núcleo político e econômico da sede da Diocese do Alto Solimões, que foi migrando de São Paulo de Olivença, passou por Benjamim Constant até instalar-se recentemente em Tabatinga, localizada exatamente na linha internacional de fronteira com Peru e Colômbia.

Há na história territorial do Brasil uma série de cidades que estão relacionadas à linha fronteira e a uma forma determinada de "defesa" da fronteira e manutenção da soberania nacional, isto é, da nacionalização do território e da população. No caso da Amazônia sul-americana estas bordas são habitadas por uma significativa população indígena que por si só marcam a fronteira e o limite de variados âmbitos, desde do ponto de vista social, econômico e cultural até o nacional e estritamente tecnológico. Reconhece-se que o desenvolvimento do conhecimento científico e da tecnologia nos últimos anos trouxe uma série de mudanças na economia mundial e na forma de interpretação dos fenômenos históricos e geográficos (2). A mundialização do capital e a globalização da economia criaram, portanto, um ambiente de constante questionamento a uma série de fenômenos mais localizados como a situação de grupos étnicos, as questões de gênero, do indivíduo, da sexualidade, das profissões e do trabalho infantil e outros que conformam atualmente um campo de estudo vasto dentro das Ciências Sociais. Dentre outros, a visibilidade deste contexto lançou um mundo de contínua complexidade em que temos que nos habituar cada vez mais em pensar de forma multi-escalar. Sem dúvida nenhuma o que não falta hoje no espaço global são exemplos de peculiaridades das mais diversas em relação às situações fronteiriças. O que significa pesquisas das mais variadas gamas de análise nas ciências humanas. Não sem razão, algumas das mais recentes publicações são coletâneas de textos referenciados em estudos de caso. Assim como nos últimos anos muito vem se desenvolvendo o estudo sobre *borderlands* e *bordertowns*.

Egresso do campo da Geografia Política muitos destes estudos rumam no sentido de uma autonomização que se estendem e se desenvolvem também na Antropologia. A abordagem antropológica reconhece que a linha de fronteira, isto é, o limite se insere na vida social de tal forma que produz uma construção social característica e, também, representa um simbolismo que pode ser apreendido de diferentes maneiras. Neste contexto é que as novas abordagens que tratam a questão das fronteiras se inserem num arco múltiplo que,

frequentemente, podem desvirtuar o encaminhamento da pesquisa e dificultar a escolha da metodologia que melhor demonstre e esclareça seus objetivos. Porém, é inegável que o desenvolvimento de um maior número de pesquisas sobre o tema contribui inclusive no diálogo com outras disciplinas que enriquecem e re-dimensionam o enfoque geográfico.

Os estudos antropológicos frequentemente complexificam a questão dos estudos das áreas fronteiriças, a partir do entendimento do significado simbólico do limite e da situação dos grupos sociais que "sofrem" a ação do limite. As pesquisas buscam sintonizar que do território fronteiriço sobressai uma cultura, que por sua vez sofre de influências diversas sejam elas físicas, materiais ou simbólicas. Ao realçar o fenômeno cultural como inerente ao contexto fronteiriço, evidencia-se a importância do estudo das comunidades locais em zona de limite internacional e o conseqüente quadro social que emerge desta posição, seus condicionantes e conseqüências.

Respaldada numa extensa literatura acadêmica norte-americana a pesquisa sobre fronteiras, bordas e limites têm sua referência maior na linha fronteiriça entre Estados Unidos e México. Conforme análise de R. Alvarez Jr. (4) quando os cientistas sociais se referem as *borderlands*, na verdade estão evocando a imagem da denominada *Spanish Borderland*, isto é, a região ao sul dos EUA desde a costa do Pacífico até a Flórida. Esta imagem constrói-se a partir da existência de uma fronteira que foi primeiramente ocupada pelos espanhóis, depois pelos mexicanos e, posteriormente, pelos "intrusos" americanos durante os tempos da guerra de conquista. O autor vai sublinhar a imagem como algo que ficou como referência no mundo acadêmico de como se construiria esta borda, estando os estudos mais tradicionais sobre este tema muito vinculados as etnografias sobre as particularidades da cada posição geográfica ao longo desta fronteira política. Mais recentemente estes estudos se desenvolvem a partir da *borderland* em si e de uma nova consciência recém descoberta da existência das "múltiplas demarcações conceituais envolvidas, as fronteiras das práticas sociais e das convicções culturais num contexto global contemporâneo" (5). Partindo-se do princípio que são as bordas os lugares que condensam a pretensa homogeneidade imposta pelo Estado-nação, a análise da borda revela, por sua vez, a questão da construção da identidade que foi freqüentemente imposta pela administração e pelo controle estatal.(6)

A despeito da grande influência do conceito de *frontier* advindo dos estudos de Turner sobre a expansão da fronteira interna norte-americana, a vizinhança com um país (México) de diferente processo histórico e níveis econômicos, sociais e, principalmente, de grande diferença cultural, produziu uma borda de intensa fricção ao longo do tempo tornando impossível que os cientistas sociais ficassem alheios ao processo de contato. Existe um claro intento de parte da produção acadêmica e científica de legitimar os estudos de borda. Mais precisamente na geografia a referência bibliográfica de Rumley e Minghi e Newman e Paasi (7) atestam este fato. Retoma-se, entre outras abordagens, a importância histórica dos estudos das fronteiras políticas estatais e propõe-se um temário aos estudos de fronteira face às mudanças atuais, às novas concepções de territorialidade, ao pretense "desaparecimento" das fronteiras e limites e às diferentes construções de identidades sócio-espaciais. Este temário contempla:

- a) a reafirmação da dimensão espacial dos estudos de fronteira;
- b) a abordagem da fronteira como fenômeno multi-escalar desvendando e descobrindo a importância e o significado do impacto da fronteira nas diversas escalas;
- c) tomar em consideração estudos de narrativas de fronteira a partir de sociedades que apresentem diferentes representações do espaço e identidades sociais diferenciadas;
- d) apreender a fronteira como fenômeno histórico, isto é, uma construção social com existência e inexistência ao longo do tempo;
- e) analisar os significados e a idéia de natureza que são invocados e consagrados para compor uma iconografia nacional que forme uma imagem para dentro e para fora das fronteiras;
- f) criticar os estudos de narrativas e do discurso sobre a fronteira veiculados a partir das políticas externas, textos geográficos e literários e, inclusive, mapas. Havendo, todavia, situações mais ou menos propícias como a análise de situações conflitivas que permitam construir estas imagens e identificar por quem e com que objetivos estes textos foram criados e produzidos (8).

A título de exemplo consideraremos que para muitos países as fronteiras "desabitadas" constituem um problema. Na verdade uma fragilidade. No caso Amazônico há uma população indígena ignorada durante muito tempo (considerado o censo oficial estatístico). Acrescente-se que sua condição de tutelada do Estado não a incorporou como população nacional de livre cidadania e, conseqüentemente, não foi reconhecida pelo conjunto da sociedade nacional. Em relação à administração estatal somente em 1991 o recenseamento incluiu a contagem de população indígena. Neste contexto toma-se o conceito de borda como o lugar da inscrição monumental do Estado, na qual a população estaria condicionada às suas histórias, sua cultura objetiva e subjetiva, sendo estas influenciadas não apenas pelo próprio Estado a que estão subordinadas, mas a partir principalmente das instituições governamentais. inter-fronteiriço, donde se atribui a emergência do conceito de borda.

Na verdade, busca-se nos últimos tempos superar antigas abordagens dos estudos de fronteira, livrando-se da determinação exclusiva da descrição cronológica dos fatos históricos e diplomáticos relacionados aos limites internacionais sob o designo do Estado e a partir dele, constituindo uma análise pautada na geopolítica do histórico da definição e demarcação dos limites. Os estudos mais antigos sobre fronteira política no âmbito da geografia seguiam claramente este contexto. (Viana, 1958; Delgado de Carvalho, 1971; Soares, 1972). Tal fato não significa referendar estes estudos isolando-se o Estado ou tratando-se sua influência apenas como efeito simbólico. Critica-se também àqueles que subestimam o poder do Estado, na aparente fluidez dos fluxos transfronteiriços, centrando suas pesquisas na desregulamentação e na natureza desterritorializadora da pós-modernidade. Para T. Wilson e H. Donnan (9) não é possível analisar as novas políticas de representação, redefinição e resistência dos grupos sociais e sua territorialidade sem levar em consideração de que o Estado seja o principal componente contextual. Dentro de sua já citada pesquisa antropológica, Wilson e Donnan concluem que: a) as bordas não são homogêneas, além de variarem no tempo e no espaço; b) cabe aos antropólogos, ao focalizarem as bordas, teorizar sobre as possíveis mudanças na definição de periferia e suas relações com os centros; c) fronteiras são territorialmente definidas como zonas ligadas às bordas, e tem utilidade heurística além de metafórica; d) bordas são literal estrutura física do Estado e que também estruturam uma variedade de significados e formas de pertencimentos associados a uma

variedade de identidades; e) bordas nos auxiliam a compreender o impreciso ajuste entre nações e estados; f) o estudo territorial das bordas contribui para o nosso entendimento do nacional, étnico, de identidades sexuais e de gênero, entre outros. Isto porque as bordas modulam estas identidades de tal forma como não são encontradas em nenhum outro lugar do Estado.

Não é possível explorar estas propostas com mais cuidado e precisão no âmbito deste trabalho, mas são um aporte de inegável valor, pois são questões de emergência atual e, o mais importante, oriundas de pesquisadores com investimento nos estudos de fronteira e da geografia política. Seguindo a tendência, redimensiona-se a importâncias das cidades como local claro e inequívoco da localização dos aparelhos e sistemas de controle da fronteira-limite. No efeito de atração e na tradução do significado deste limite sobre a população dita nacional, incluindo a população indígena, numericamente mais significativa, principalmente nas cidades de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira. Esta população (termo aplicado conscientemente num sentido genérico) pode ser compreendida com sua estreita vinculação ao papel dado pelo Estado-nação a estas cidades.

Daí que se pode considerar a existência de uma conformação singular, isto é, da borda da Amazônia, cuja característica seria de compor dialeticamente a formação de uma nacionalidade compulsória e capaz de manter a soberania brasileira numa região de difícil acesso, "desabitada", com fraco circuito comercial e uma cada vez mais sofisticada rede informal e financeira apoiada no narcotráfico.

Historicidade e Espacialidade da Borda no Noroeste da Amazônia brasileira:

Historicamente a conquista do interior do Amazonas está ligada à base econômica extrativa e a necessidade de manutenção da soberania territorial. A rede hidrográfica desempenhou a função de viabilizar a comunicação do interior amazônico e, também, de permitir o fluxo internacional. Na medida que o controle mercantil, auxiliado pela drenagem dos rios, manteve-se fortemente centralizado pelas aduanas de Manaus e, principalmente, de Belém, o sentido das rotas sempre esteve preferencialmente inserido no espaço interno do

país, isto é, em território nacional. Das "drogas do sertão" ao extrativismo do látex, tanto a rede hidrográfica, quanto à rede de localidades serviram de base logística ao sistema mercantil. Sob a égide da vocação econômica extrativa-exportadora se organiza o poder local, baseado nas sedes municipais e tendo no núcleo urbano seu espaço de realização, através do fato de desempenhar a função de localidade central pela convergência, comercialização e distribuição da produção extrativa.

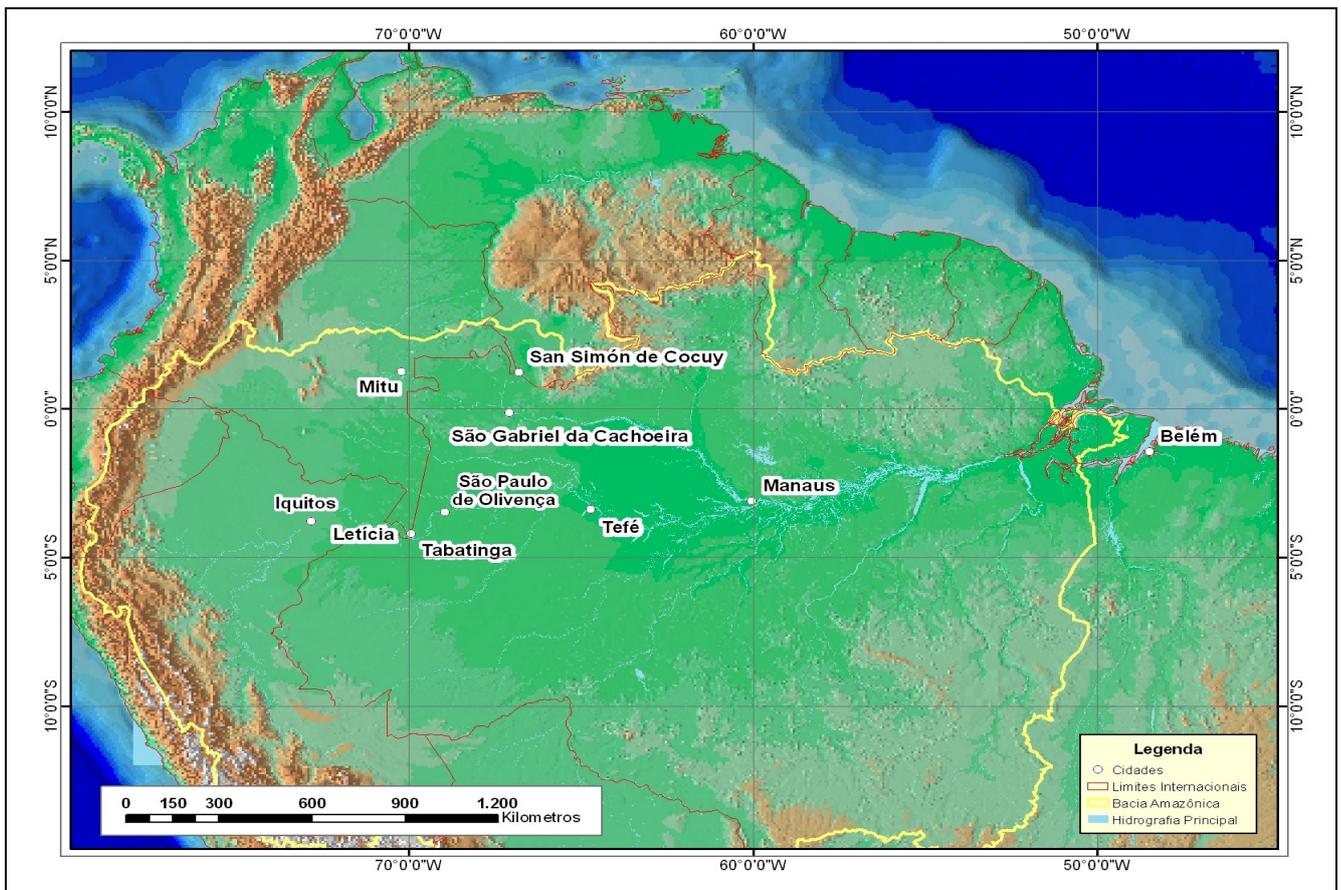
De acordo com Lia Osório Machado (Op.cit.) o controle territorial da Amazônia está diretamente ligado à presença da Igreja e ao desenvolvimento do sistema mercantil. Muitos núcleos foram fundados por religiosos, a partir da necessidade de basear e centralizar a estrutura das missões. Muitos destes núcleos se transformaram em sede administrativa territorial, inicialmente da comarca e, posteriormente, do município. Em 1910, algumas sedes municipais passaram a ser sedes de Prefeituras Apostólicas (9). Tefé, São Gabriel da Cachoeira e São Paulo de Olivença (localizadas no atual estado do Amazonas) são instituídas como Prefeituras Apostólicas ficando a gestão destes municípios a cargo das missões católicas. Desenvolve a Igreja, além da ação de catequese, assistência social e profissional, fundando seminários e unidades escolares. Através destas atividades dinamiza a vida de relações, atuando como agente propulsor e dinamizador da vida comunitária, regulando a vida social e o modo urbano. Neste particular, a localização das Prefeituras Apostólicas confere uma dinâmica urbana, implícita nas atividades do setor de educação e saúde, que outorga importância qualitativa e econômica aos núcleos. O "status" de sede municipal nem sempre incorreu numa estruturação urbana strictu sensu.

A historicidade do fenômeno urbano nos vales da Amazônia Ocidental constitui-se, ainda hoje, numa pesquisa capaz de revelar a hierarquia dos núcleos urbanos e suas articulações internas, a rigor muito pouco conhecidas. Não só no contexto geográfico, mas, também, sociológico. A própria historicidade da constituição política do poder local demanda esforço investigativo, considerando que há tempos a formação de uma elite urbana representada por comerciantes e setores religiosos reina hegemonicamente sobre a cidade. São elementos que permitem a constatação que o urbano, em sua materialidade, apresenta características elementares e precárias, mas que são básicas e fundamentais para o funcionamento do circuito político e econômico. Considerando-se a Amazônia ribeirinha, conclui-se que o poder se territorializa exclusivamente nucleado em função de atividades

diversas, incluindo a administração, a prestação de serviços, comércio, coleta, caça e pesca; se comparado à estrutura oligárquica de base rural. É na localidade central onde se localizou e localiza a governabilidade local.

Na Amazônia em finais do século XIX, quando ainda não estavam definidos os limites internacionais consideramos que havia uma borda fronteiriça, isto é, um espaço não definido entre Estados. Vivia-se, portanto, sobre um tempo e espaço necessários à população para a incorporação dos limites e a conseqüente diferenciação entre os territórios nacionais. É o momento específico da transformação contínua do espaço em território, cujo *mapa* compreende a presença localizada de atores, agentes e grupos sociais em contato e interação face ao contexto político de definição dos limites internacionais.

Mapa dos Principais Núcleos de Povoamento:



Mapa elaborado por Menezes, Paulo César Pires, 2006.

No período entre 1880 e 1930 registra-se o auge e declínio da borracha. Belém e Manaus constituíam as maiores cidade da Amazônia sul-americana. As frentes de povoamento localizavam-se preferencialmente nos vales em que brasileiros, bolivianos, peruanos, colombianos penetravam em função da exploração do caucho. Este movimento é fato gerador e simultâneo ao processo de definição dos limites internacionais. Na verdade, a crise na exportação da borracha antecipa-se a conclusão do processo de demarcação dos limites internacionais. Os interesses gerais sobre a região relacionavam-se a questões econômicas e geopolíticas, onde prevaleciam, respectivamente, a exploração dos recursos naturais e a afirmação da soberania sobre a região. Em relação ao momento político da Igreja, este coincide com o período de centralização (Romanização) pelo Vaticano e um novo impulso às ações missionárias, quando a Santa Sé assumiu foi de incrementar a disputa por seus territórios frente às suas perdas em função da unificação territorial italiana. Para tanto empodera-se a Congregação da Propagação da Fé, através de novas ordens com o objetivo de restaurar e ampliar o poder da Igreja. No Concílio Vaticano I (1869-1870) são reafirmados o centralismo romano, conhecido como Ultramontanismo e a atitude de oposição ao liberalismo, assumindo, assim a Igreja postura francamente conservadora. Em relação a sua atuação social é dada ênfase à educação e ao ensino, ao trabalho missionário e, especialmente, a formação profissional com o objetivo de conquistar novos segmentos sociais "perdidos" frente e expansão do liberalismo. Surge uma nova ordem que incorpora todos estes preceitos e que passa a ser tomada como organização exemplar deste período: os Salesianos.

Especialmente na Amazônia sul-americana coube a Igreja a função de constituir-se no braço do Estado nacional responsável pela conquista da soberania, através do exercício da catequese, da promoção da educação, da organização do trabalho e, por consequência, da nacionalização da população. Este processo se consolida quando em 1910 são criadas as Prefeituras Apostólicas de - São Gabriel da Cachoeira, Tefé e São Paulo de Olivença. As Prefeituras Apostólicas estavam, portanto, responsáveis por exercer sobre as paróquias, territórios que corresponderiam mais tarde aos municípios, a gestão e controle do território, podendo, portanto, ser apreendida as Prefeituras Apostólicas, enquanto uma forma de divisão territorial do trabalho missionário, organizado sobre uma estrutura de diferentes escalas de gestão territorial que compreendiam: prefeituras apostólicas, prelazias, dioceses, abadias, etc. As paróquias eram administradas por párocos de ordem religiosas diretamente investidas de

sua função pelo Vaticano. Assim alojaram-se em Tefé, os Espiritanos, no Alto Solimões, os Capuchinhos e no Alto Rio Negro, os Salesianos. Tais ordens foram responsáveis pela montagem de infra-estrutura operacional preferencialmente localizadas em pequenas aglomerações que funcionavam como núcleos de povoamento e que se tornaram posteriormente sedes municipais e atualmente constituem zonas urbanas.

As principais instalações feitas pelos missionários foram: - asilos para indígenas trazidos para a sede da prefeitura, espaço para artes e ofícios: coral, serrarias, carpintarias, olarias, escola agrícola, prendas domésticas. Escolas regulares e escola normal, hospitais e ambulatórios, estes últimos dependentes da chegada das ordens femininas. A presença das missões e a consolidação no tempo de parte de suas ações (considerando-se que estes dependiam de verbas enviadas pela casa matriz) privilegiaram nas sedes missionárias, isto é, nas prefeituras apostólicas: o incentivo às atividades culturais e esportivas, a evangelização e catequese indígenas, o incentivo à difusão de sistemas da informação e à comunicação, através da construção de estradas e da implantação do sistema de rádio.

Como efeito do poder sobre o local, houve a apropriação do estoque fundiário urbano em nome da missão, ao mesmo tempo em que incentivo e promoção da sedentarização, incentivo à fixação nas sedes municipais e comunidades ribeirinhas, bem como tentativas de inclusão das atividades agrícolas no trabalho cotidiano das comunidades. De modo geral, para todo o continente sul-americano as áreas de atuação das missões correspondiam à época: territórios de fraca organização administrativa, territórios marginais em relação à economia nacional e/ou territórios com conflitos étnicos e sociais. Na verdade, as missões praticaram uma verdadeira geopolítica da mediação, enquanto agentes sociais organizados supranacionalmente e atuantes em diversos países do continente a serviço da conquista territorial e da extração de renda da terra e da organização do trabalho através da nacionalização da população.

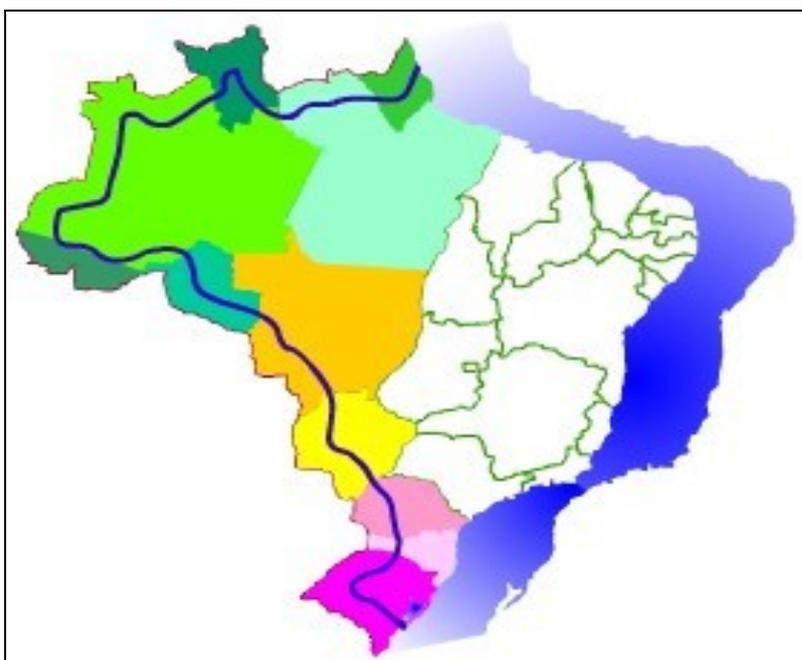
A organização territorial eclesiástica, através da divisão em dioceses e prelazias, corresponde, ainda, as atuais microrregiões definidas pelo IBGE para o Amazonas: a micro Médio Solimões, polarizada por Tefé; a Alto Solimões, entre as cidades de Benjamin Constant e Tabatinga, com crescente fortalecimento de Tabatinga, cidade gêmea com Letícia na Colômbia e a microrregião Alto Rio Negro, com sede em São Gabriel da Cachoeira. A herança missionária, a vida em comunidades ribeirinhas, a composição social com predominância de indígenas e a forte centralização da rede de localidades centrais com as

capitais regionais, a presença do limite internacional e a não articulação da região com outros eixos e/ou áreas do país fazem dos vales fluviais do estado do Amazonas uma região com estrutura sócio-cultural e configuração territorial muito próprias.

O noroeste do Amazonas como Zona de Fronteira:

Relembrando que o norte e o ocidente desta área são definidos pela linha de fronteira internacional do Brasil com Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Sendo, portanto, a Zona de Fronteira entendida como espaço influenciado pelo limite internacional. Por analogia, compreende-se o significado de Zona, como remissão ao caráter de oficialidade e território de influência, isto é, expressão com conteúdo jurídico-administrativo. Por ex: extensão do país submetida a um mesmo regime administrativo: zona rural, zona eleitoral, zona fiscal. Por Faixa de Fronteira define-se o intervalo entre dois extremos ou limites dados. No Brasil, conforma uma faixa entre o limite internacional e uma paralela distante 150 quilômetros, submetida a regime especial e legislação específica no interesse da gestão do território nacional no âmbito da defesa, da titulação de terras, do fomento às atividades econômicas, da administração urbana, etc.

Faixa de Fronteira:



Fonte: www.ibge.org.br

Há na história territorial do Brasil uma série de cidades que estão relacionadas à linha fronteira e a uma forma determinada de "defesa" da fronteira e manutenção da soberania nacional, isto é, da nacionalização do território e da população. Frequentemente no caso da Amazônia sul-americana estas bordas são habitadas por uma significativa população indígena que por si só marca a fronteira e o limite de variados âmbitos, desde as realidades sociais, econômicas e culturais até a escala nacional e a política de difusão tecnológica. Tefé, São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga são as principais cidades da zona de fronteira do estado do Amazonas. Sua realidade geográfica compreende:

- localização na Faixa de fronteira
- áreas despovoadas e distantes do centro econômico do país.
- ecossistema amazônico de várzea e mata equatorial
- malha viária e fluxos econômicos influenciados pela sazonalidade de cheias/vazantes
- um incremento acelerado do transporte aéreo
- um grande contingente populacional de indígenas, sendo que algumas etnias são transfronteiriças, isto é, habitam e perambulam extensas áreas pertencentes a diferentes países.
- um padrão particular de ocupação da zona rural, com as seguintes características: habitat rural disperso, garimpo sazonal, comunidades ribeirinhas de base extrativa e agricultura de subsistência com baixo excedente comercial, tendendo a expandir um pequeno cinturão verde em torno das cidades mais populosas.

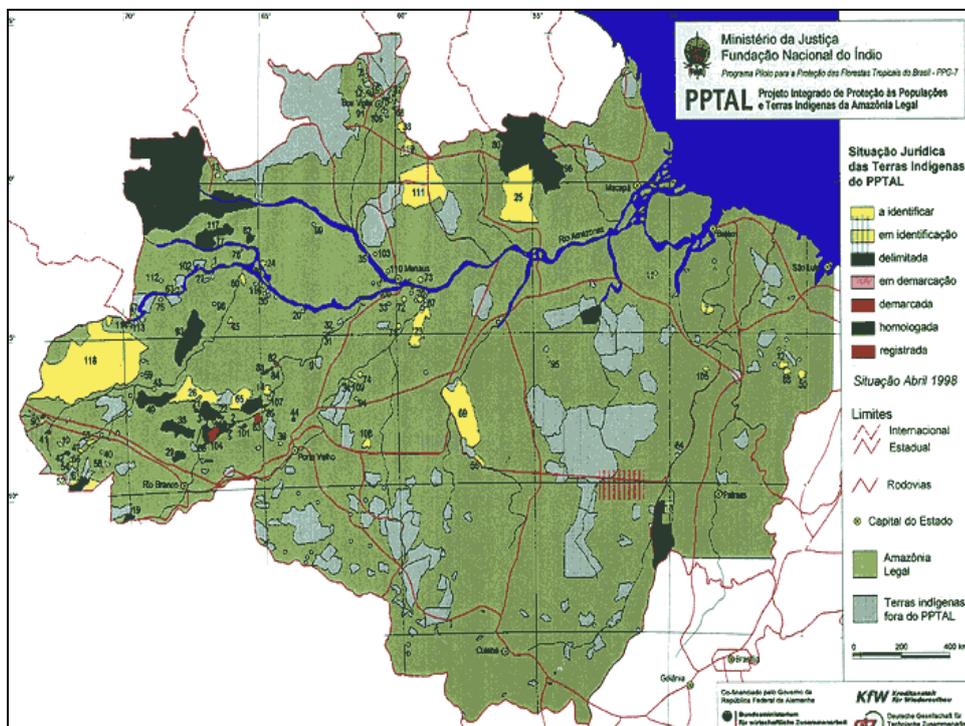
A partir dos anos 70, o projeto geopolítico nacional, materializado na expansão agrícola e na criação de pólos de desenvolvimento de base agro-mineral-exportador teve como consequência a desarticulação da base sócio-econômica tradicional, apoiada no extrativismo vegetal. A criação da Zona Franca de Manaus gerou um pólo de atração de investimentos, serviços, comércio e crescente fluxo migratório. A atual inserção numa economia liberal e globalizada acrescentou ao contexto regional os seguintes fatores:

- o aumento do êxodo em direção às sedes municipais
- a instituição das cidades ao longo da Faixa de Fronteira como Áreas de Segurança Nacional.
- a militarização da área a partir do Projeto Calha Norte (bases militares, batalhões, brigadas, e postos de fronteira), sob o Comando Militar da Amazônia, sediado em Manaus, em 1985.

- a criação de unidades de conservação e de terras indígenas que compreendem grande parte dos territórios municipais.
- uma maior intensidade de fluxos interfronteiriços, com destaque para rede do narcotráfico.
- intensificação do transporte aéreo.
- extração de madeira para exportação e biopirataria
- busca de viabilidades econômicas alternativas ao modelo até então vigente, que açambarcava desde o aproveitamento racional dos recursos da floresta, da pesca e do solo agrícola até o incentivo e o investimento em pequenos negócios de prestação de serviços, turismo e base manufatureira.
- crescente atuação de organizações não-governamentais e organizações civis atreladas às questões ecológicas, indígenas, aos migrantes e à condição social feminina
- crescimento da economia e do emprego informal.

No plano regional territorial a Zona de Fronteira compreende um mosaico de territórios que juridicamente constituem terras da União, representadas por zonas militares, terras indígenas e unidades de conservação. Estas últimas também existem sob a jurisdição estadual.

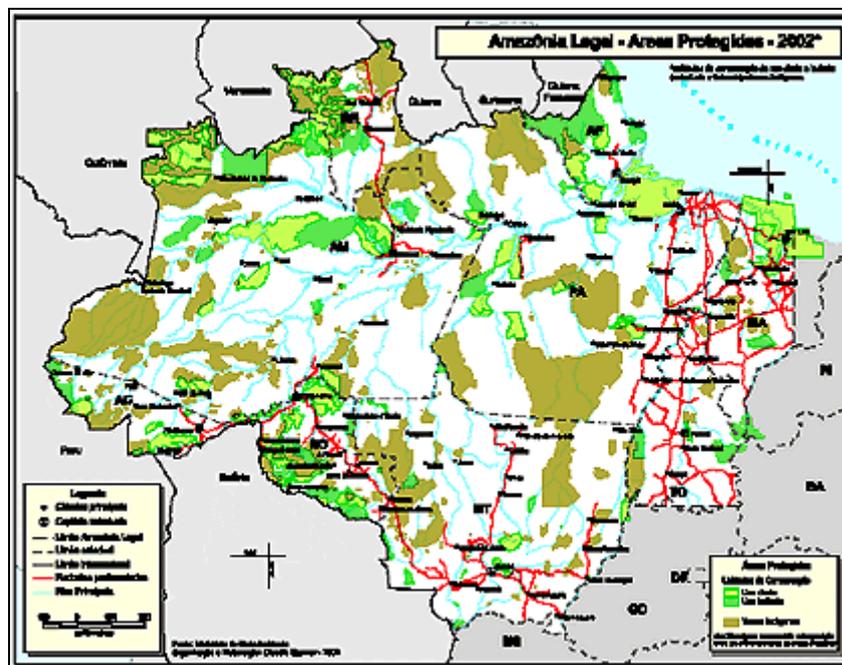
Terras Indígenas:



Fonte: www.ipea.gov.br

A existência de territorialidades tão diversas imprime a zona de fronteira um contexto geográfico-político de instâncias de gestão também diversas. Por consequência, há um quadro complexo de atores e agências, especialmente uma forte presença do Estado, especialmente em localidades de importância geopolítica. Neste contexto, ao longo dos últimos tempos, vem se organizando uma divisão de trabalho relativamente eficaz para a soberania do Estado-nacional, embora ainda extremamente débil no tocante ao desenvolvimento e implantação da infra-estrutura de atendimento as expectativas das sociedades locais.

Unidades de Conservação:



Fonte: <http://en.ipea.gov.br/2005/en2005c6g1.gif>

A política ambiental nacional atrelada ao contexto internacional de preservação da Amazônia legitimou a presença de organizações não-governamentais e da adoção de programas locais subvencionados por incentivos estrangeiros, mesmo na região da Faixa de Fronteira. Em São Gabriel da Cachoeira, o caso mais emblemático diz respeito à atuação do Instituto Socioambiental (ISA), cujo Projeto Rio Negro... *Tem por objetivo geral formular e implantar um programa regional de desenvolvimento sustentável na bacia trinacional do rio Negro, no noroeste*

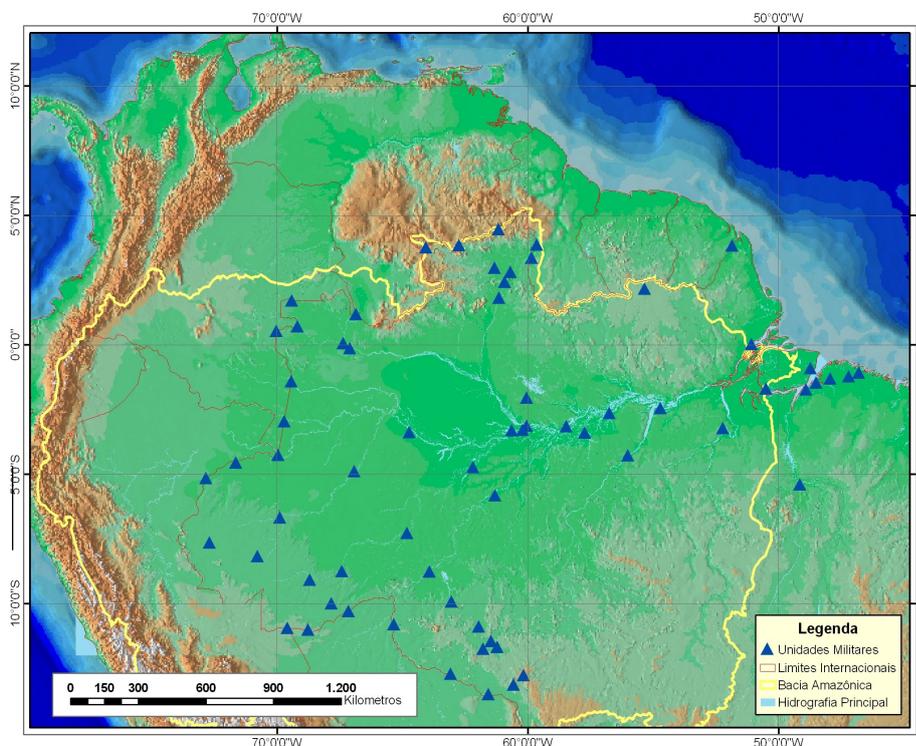
da Amazônia brasileira, preferencialmente com as organizações indígenas locais. (http://www.socioambiental.org/inst/docs/rel_ativi/relatorio2005site.pdf).

Uma das grandes esperanças econômicas do arco de fronteira entre o Acre e o Amazonas é o turismo ecológico. Há, por exemplo, uma percepção dominante de que São Gabriel da Cachoeira é capaz de aliar natureza e etnia, o Brasil com a Colômbia e a Venezuela, tudo isso em prol de uma Amazônia mais perfeita que começa a deixar de ser "os confins do Brasil" para se tornar a "Amazônia profunda", de onde vem à raiz e a autenticidade etno-ecológica da grande floresta e de seus habitantes. Ademais, acredita-se que incrementar o turismo seria uma forma estratégica de afastar o “perigo colombiano”.

A presença gradativa e acentuada das Forças Armadas no controle territorial, cujo cenário de estratégica se amplia à escala regional-continental e cujas funções se ampliam (vide importância dos hospitais militares ou com o trabalho de militares) à assistência social, configura-se como uma nova alternativa para a população civil frente ao enraizado poder pastoral.

Instalações Militares – CMA:

O



Fonte: Mapa elaborado por MENEZES, Paulo César P.; 2006.

O Comando Militar da Amazônia está presente em 62 localidades. Não seria por demais a constatação de tão tardia (pós 1985) presença da estrutura e do aparato militar na história das bordas territoriais da Amazônia. Tal significa que passa a ser a Amazônia “brasileira”, também, uma rede de cidades para a reafirmação das linhas de fronteira, enquanto E a Amazônia “sul-americana” usufrui e reafirma uma rede de cidades para as passagens de fluxos do sistema econômico em nível global, mas não necessariamente do sistema global. Mesmo em áreas de bordas selváticas e desurbanizadas, as principais sedes de unidades militares (batalhões e brigadas) ainda se localizam, preferencialmente em área urbana, de modo que seus contingentes e familiares possam usufruir da estrutura urbana e esta mesma usufrua da segurança, da assistência e do mercado consumidor que os contingentes militares representam, especialmente na economia local.

“ Alternatively, we posit that the economic rationality and function of frontier urbanization extends beyond the borders of the frontier itself and is variously articulated to forces operating on multiple levels of the internal limits to growth that the region’s pace of development might impose.” (Godfrey; 1996:13)

A busca e o movimento histórico de coincidir o território estatal com o espaço econômico nacional e com a própria nação também produziu noções sobre a fronteira enquanto espaço a ser territorializado pela inserção do potencial de recursos disponíveis ao modo capitalista de produção e circulação.

As Rotas das Drogas:



Fonte: www.defesnet.com.br

A vasta região do interior norte-ocidental do estado do Amazonas é organizada pelas cidades de São Gabriel da Cachoeira no vale do rio Negro, pelo conjunto de pequenas cidades localizadas no Alto Solimões, com destaque para Tabatinga na fronteira com Colômbia e proximidades da fronteira com Peru e o maior centro urbano a montante de Manaus representado pela cidade de Tefé (pop. municipal de 70.809 habitantes IBGE/2005). Centro regional do Médio Solimões, em Tefé localiza-se a VXI Brigada Militar (junção das Brigadas de Santo Ângelo e Cruz Alta em 1993), que incorpora a cidade de Cruzeiro do Sul localizada no vale do Juruá no estado do Acre. A área de responsabilidade da Brigada é de aproximadamente 570.000 km, abrangendo parte do Amazonas e do Acre, na fronteira Noroeste do Brasil. A cidade ainda sedia a 16ª Base Logística de Selva, o 16º Pelotão de Comunicações de Selva e um campus da Universidade Estadual do Amazonas.

São Gabriel da Cachoeira é a principal sede municipal do Alto Rio Negro, município com uma população de 32.044 habitantes (2004) e 75% desta população composta por indígenas de várias etnias. Abriga o Comando de Fronteira - Rio Negro, o 5º Batalhão de Infantaria de Selva, o 2º Batalhão de Infantaria de Seva, recém transferido (Forte do Gragoatá – Niterói) e a 21ª Companhia de Engenharia de Construção (21ª Cia E Const), transferido de Caicó (RN) e subordinado ao 2º Grupamento de Engenharia de Construção, localizado em Manaus (AM). Praticamente todo o seu território é constituído por Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

Tabatinga (Pop. 43 974 IBGE/2005), tornou-se, muito recentemente a cidade mais importante do Alto Solimões, posto inicialmente ocupado por São Paulo de Olivença, sede da Prefeitura Apostólica do Alto Solimões. Na medida em que os fluxos transfronteiriços foram se intensificando a sede da atual Diocese do Alto Solimões deslocou-se para Benjamin Constant, e com a emancipação de Tabatinga, deslocou-se novamente para esta cidade. Cidade gêmea com Letícia na Colômbia, Tabatinga divide a polarização da rede urbana do Alto Solimões com Benjamin Constant (Pop. 25542). Apresenta um crescimento populacional ascendente desde a criação do município em 1992. Conta com um aeroporto internacional, com fluxos de passageiros (indígenas, nacionais e estrangeiros) e carga. Constitui a principal via de comunicação com a Colômbia e com o Peru. Dista cerca de 550 Km de Bogotá e 1100 quilômetros de Manaus.

Nas últimas décadas houve considerável incremento do crescimento da população urbana no noroeste do Amazonas. Contribui para caracterizar as recentes transformações na organização espacial da região o crescimento dos fluxos transfronteiriços, o êxodo rural, as tentativas de organização da sociedade civil, políticas públicas para faixa de Fronteira, a federalização das terras dos municípios e a militarização da região. Diante destes dados cabe ao governo federal desempenhar papel fundamental e principal na instituição de programas e políticas públicas que contemplem a realidade da zona de fronteira e das cidades de fronteira.

Conclusões:

Ao final do Império e início do período republicano – consagrado este período como República Velha - no Brasil (1880-1930), acelerou-se o processo de acordos e tratados de limites com o objetivo de precisar os lindes entre o Brasil e os países vizinhos. Estava se indicando, portanto, o processo de **configuração territorial** do país, aqui entendida, enquanto o resultado de contextos jurídicos – da delimitação do território – e físico – da demarcação sobre os lindes; mas o continuar do processo de consolidação do Estado-nação, a partir da implantação da malha jurídica e administrativa e da interiorização do povoamento, processo o qual genericamente podemos chamar de **nacionalização do território**. A essa condição especial de fronteira – a da **borda** – sucederam-se movimentos de exploração econômica com o agravante, de não terem produzido a ocupação do espaço geográfico, conforme o modelo da expansão agrícola-industrial. Especificamente diferentes mecanismos de controle sobre um núcleo logístico de povoamento foi viabilizado pelo trabalho missionário e pelo exercício do poder institucional local da Igreja, organizado pelas Prefeituras Apostólicas. Estas reafirmam antigos núcleos de povoamento e originam a base futura de expansão urbana. Neste período Tefé, São Gabriel da Cachoeira e São Paulo de Olivença desempenharam a função do locus de afirmação da soberania territorial em áreas de potencial fricção com o outro, seja de outra nacionalidade, seja o outro ainda não convertido à nacionalidade trabalhadora, caso modelar dos grupos indígenas. Atualmente, no arco noroeste da zona de fronteira do Brasil pode-se contrapor que a transnacionalidade ilegal do narcotráfico superpõe-se a continuidade da urbanização acelerada e precarizada da população nas bordas fronteiriças.

Bibliografia:

ALVAREZ JR., R. The Mexican- US Border. The Making of an Anthropology of Borderlands. *An. Rev. Anthropological*, no. 24, 1995. pp. 447-70.

BECKER, B. Amazônia Brasileira: Uma área crítica no contexto geopolítico mundial. In MACIEL, T.(org.). *O Ambiente Inteiro: A Contribuição Crítica da Universidade à Questão Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992.

BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia (versão preliminar)*. Rio de Janeiro: Laboratório de Gestão do Território (LAGET)/ UFRJ, 1995.

CARVALHO, DELGADO de – *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. Coleção General Benício v. 91, 1971

DICCIONÁRIO. *Diccionario del Cristianismo*. Barcelona: Editorial Herder, Sección de Teología y Filosofía, Vol. 131, 1986.

FRIEDMANN, J. *Empowerment: The Politics of Alternative Development*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

FOUCHER, M. *Fronts et Frontiers: un tour du monde geopolitique*. Paris: Fayard, 1991.

JORDAN, P. e SALA I VILA, N. *La Nacionalización de la Amazonía*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1998.

LIMA, A.C.S. *Um Grande Cerco de Paz*. Petrópolis: Vozes/ANPOCS, 1995.

MACHADO, L. *Mitos e Realidades da Amazônia Brasileira no Contexto Geopolítico Internacional (1540-1912)*. Barcelona: Universitat de Barcelona: Facultat de Geografia i Història, Tese Doctoral, 1989.

MORAES, A. C. R. *A Dimensão Territorial nas Formações Sociais Latinoamericanas*. Sao Paulo: s/d, s/e.

NEWMAN, D. e PAASI, A. Fences and Neighbours in the Postmodern World: boundary narratives in political geography. *Progress in Human Geography* 22, 2 (1998). pp. 186-207.

PELLOW, D. *Setting Boundaries: the Anthropology of Spatial and Social Organization*. Westport: Bergin & Garvey, 1996.

PRESCOTT, J. V. R. *Political Frontiers and Boundaries*. London: Allen & Unwin, 1990.

RUMLEN, D. e MINGHI, V. *The Geography of Border Landscapes*. London: Routledge, 1991.

SOARES, TEIXEIRA – *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

VIANNA, HÉLIO – *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

VIRÍLIO, P. *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense: 1984.

WILSON, T. e DONNAN, H. *Border Identities: Nation and State at International Frontiers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Notas:

- 1- Conferir o trabalho de L. O. Machado *Mitos e realidade da Amazônia Brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)*, 1989.
- 2- Ver os trabalhos de Rumley e Minghi (1991), D. Pillow (1996), T. Wilson e H. Donnan (1998) e D. Newman e A. Paasi (1998).
- 3- "(...) of the multiple conceptual boundaries involved, the borderlands of social practices and cultural beliefs in a contemporary global context" (ALVAREZ JR: 1995,448).
- 4- Conforme R. Alvarez Jr. (1995); T. Wilson e H. Donnan (1998) e D. Newman e A. Paasi (1998).
- 5- Alvarez Jr., *Op. Cit.*

- 6- "(...) of the multiple conceptual boundaries involved, the borderlands of social practices and cultural beliefs in a contemporary global context" (ALVAREZ JR: 1995,448).
- 7- T. Wilson e H. Donnah, 1997, op. cit.
- 8- D. Newman e A. Paasi *Border Identities: Nation and State at International Frontiers*, 1997.
- 9- "En los territorios de misión en que todavía no está establecida la jerarquía, circunscripción eclesiástica puesta bajo la autoridad de un prefecto apostólico." (DICIONÁRIO del CRISTIANISMO:1986:601).